

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Principais fatos societários e/ou administrativos ocorridos até a data de apresentação das demonstrações financeiras

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de julho de 2019, foi aprovada a incorporação da controlada Nova Sede Empreendimentos S.A. e a aquisição e subsequente incorporação da companhia Latam (Brasil) Representações Ltda.

Política de distribuição de dividendos

Os acionistas estão assegurados um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado conforme legislação em vigor.

Índice de Basileia

O Conglomerado Credit Suisse Brasil apura seus limites operacionais de forma consolidada. O Patrimônio de Referência, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 5.132.226 mil (2018 - R\$ 4.741.370 mil) e o Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA (Risk-weighted Assets) correspondia a R\$ 1.837.839 mil (2018 - R\$ 1.871.538 mil), resultando em uma margem de R\$ 3.294.387 mil (2018 - R\$ 2.869.832 mil). O índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2019, foi de 22,34% (2018 - 21,85%).

Gestão de riscos

O processo de gerenciamento de riscos do Conglomerado Credit Suisse Brasil está baseado em uma cultura de disciplina e transparência, visando uma abordagem prudente e apropriada na tomada de riscos. A Diretoria estabeleceu controles e limites, com o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e gerir os riscos do grupo.

Em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, estarão disponíveis em nosso site na internet, a partir de 30 de Março de 2020, as informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido, de que trata a Resolução nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN), e a adequação do Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.192/13, assim como a descrição do processo de gestão de capital de que trata a Resolução CMN nº 4.557/17, no endereço: <https://br.credit-suisse.com/site/publico/governanca/risco.seam>.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria aprovou, em 03 de Março de 2020, as demonstrações financeiras do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme descrito em relatório específico e apresentado abaixo.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018
Circulante		25.066.325	23.224.297	25.066.325	23.224.297
Disponibilidades	5	142.525	56.106	142.525	56.106
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	17.401.049	16.384.767	17.401.049	16.384.767
Aplicações no mercado aberto		16.785.317	15.955.267	16.785.317	15.955.267
Aplicações em depósitos interfinanceiros		615.732	429.500	615.732	429.500
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		4.807.697	3.426.020	4.807.697	3.426.020
Carteira própria	7a/b	3.536.355	2.425.464	3.536.355	2.425.464
Instrumentos financeiros derivativos	7c/d	1.052.418	918.312	1.052.418	918.312
Vinculados a prestação de garantias	7a/b	218.924	82.244	218.924	82.244
Operações de crédito	8	180.994	219.684	180.994	219.684
Operações de crédito - setor privado		116.703	170.243	116.703	170.243
Operações de crédito - setor público		65.527	83.972	65.527	83.972
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(21.236)	(34.131)	(21.236)	(34.131)
Outros créditos		2.529.946	3.135.176	2.529.946	3.135.176
Carteira de câmbio	9	999.117	1.712.274	999.117	1.712.274
Rendas a receber	21a	70.448	41.376	70.448	41.376
Negociação e intermediação de valores	10	1.369.667	1.324.351	1.369.667	1.324.351
Diversos	11	94.935	76.077	94.935	76.077
Provisão para outros créditos		(4.221)	(18.902)	(4.221)	(18.902)
Outros valores e bens		4.114	2.544	4.114	2.544
Despesas antecipadas		4.114	2.544	4.114	2.544
Realizável a longo prazo		3.061.160	2.228.159	3.061.160	2.228.159
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.049.495	781.509	1.049.495	781.509
Carteira própria	7a/b	1.014.179	755.552	1.014.179	755.552
Instrumentos financeiros derivativos	7c/d	35.316	25.957	35.316	25.957
Operações de crédito	8	1.554.482	1.296.375	1.554.482	1.296.375
Operações de crédito - setor privado		590.189	304.097	590.189	304.097
Operações de crédito - setor público		1.100.442	1.125.096	1.100.442	1.125.096
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(136.149)	(132.818)	(136.149)	(132.818)
Outros créditos		457.183	150.274	457.183	150.274
Diversos	11	397.787	151.824	397.787	151.824
Provisão para outros créditos	21a	64.273	(1.550)	64.273	(1.550)
Permanente		2.168.047	1.875.562	2.168.047	1.875.562
Investimentos		2.151.127	1.778.334	2.151.127	1.778.334
Participações em controladas					
No país	12	859.255	694.419	859.255	694.419
No exterior	12	1.291.865	1.083.908	1.291.865	1.083.908
Outros investimentos		7	7	7	7
Imobilizado		16.755	17.546	16.755	17.546
Depreciação acumulada		(39.640)	(34.973)	(39.640)	(34.973)
Intangível	21b	1.747.651	1.747.651	1.747.651	1.747.651
Ativos intangíveis		1.747.651	1.747.651	1.747.651	1.747.651
Amortizações acumuladas		(1.747.486)	(1.667.969)	(1.747.486)	(1.667.969)
Total do ativo		30.295.532	27.328.017	30.295.532	27.328.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018
Circulante		21.324.066	19.176.858	21.324.066	19.176.858
Depósitos à vista		42.770	13.077	42.770	13.077
Depósitos à vista		154	154	154	154
Depósitos a prazo		42.616	12.913	42.616	12.913
Captações no mercado aberto		9.257.898	7.779.232	9.257.898	7.779.232
Carteira de terceiros		1.649.838	846.902	1.649.838	846.902
Carteira de livre movimentação		7.608.060	6.932.330	7.608.060	6.932.330
Recursos de aceites e emissão de títulos		1.527.264	850.175	1.527.264	850.175
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		136.299	7.632	136.299	7.632
Certificados de operações estruturadas		1.390.965	842.543	1.390.965	842.543
Outras interdependências		485	61	485	61
Recursos em trânsito de terceiros		485	61	485	61
Obrigações por empréstimos	13	6.972.918	6.575.124	6.972.918	6.575.124
Empréstimos no exterior		6.972.918	6.575.124	6.972.918	6.575.124
Instrumentos financeiros derivativos	7c/d	1.056.136	864.082	1.056.136	864.082
Instrumentos financeiros derivativos		1.056.136	864.082	1.056.136	864.082
Outras obrigações		2.466.614	3.094.807	2.466.614	3.094.807
Coatização e arrecadação de tributos e assemelhados		2.156	33	2.156	33
Carteira de câmbio	9	176.239	1.337.150	176.239	1.337.150
Sociais e estatutárias	14a	306.596	99.972	306.596	99.972
Fiscais e previdenciárias	14b	60.806	17.280	60.806	17.280
Negociação e intermediação de valores	10	1.811.968	1.528.856	1.811.968	1.528.856
Diversas	14c	107.744	110.263	107.744	110.263
Dívidas subordinadas	17	1.108	1.250	1.108	1.250
Exigível a longo prazo		4.377.993	4.469.646	4.377.993	4.469.646
Depósitos		2.279.088	483.975	2.279.088	483.975
Depósitos a prazo		227.983	483.975	227.983	483.975
Recursos de aceites e emissão de títulos		236.216	350.508	236.216	350.508
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		236.216	350.508	236.216	350.508
Instrumentos financeiros derivativos	7c/d	204.919	111.613	204.919	111.613
Instrumentos financeiros derivativos		204.919	111.613	204.919	111.613
Sociais e estatutárias	14a	3.707.981	3.523.550	3.707.981	3.523.550
Sociais e estatutárias		3.707.981	3.523.550	3.707.981	3.523.550
Fiscais e previdenciárias	14b	46.766	50.292	46.766	50.292
Negociação e intermediação de valores	10	34.863	40.773	34.863	40.773
Diversas	14c	235.981	1.075.539	235.981	1.075.539
Dívidas subordinadas	17	2.015.350	1.937.400	2.015.350	1.937.400
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	17	49.359	12.388	49.359	12.388
Resultados de exercícios futuros		49.359	12.388	49.359	12.388
Resultados de exercícios futuros		49.359	12.388	49.359	12.388
Patrimônio líquido	18	4.544.989	3.669.425	4.544.989	3.669.425
Capital social de domiciliados no exterior		2.030.000	2.030.000	2.030.000	2.030.000
Reservas de lucros		2.296.614	1.550.949	2.296.614	1.550.949
Ajustes de avaliação patrimonial		218.038	88.583	218.038	88.583
Total do passivo e patrimônio líquido		30.295.532	27.328.017	30.295.532	27.328.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Semestre 2019		Exercícios 2019		2018	
		2019	2019	2019	2018	2018	2018
Receitas da intermediação financeira		1.106.714	1.973.202	1.106.714	1.973.202	1.973.202	2.839.212
Operações de crédito		147.199	309.944	147.199	309.944	147.199	430.311
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		783.193	1.940.387	783.193	1.940.387	783.193	1.648.300
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		189.996	189.996	189.996	189.996	189.996	428.476
Resultado de operações de câmbio		(13.644)	(83.859)	(13.644)	(83.859)	(13.644)	335.125
Despesas da intermediação financeira		(1.008.764)	(1.565.039)	(1.008.764)	(1.565.039)	(1.008.764)	(2.637.547)
Operações de captações no mercado		(584.234)	(1.100.275)	(584.234)	(1.100.275)	(584.234)	(1.312.731)
Operações de empréstimos e repasses		(399.064)	(470.250)	(399.064)	(470.250)	(399.064)	(1.324.754)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(25.465)	5.516	(25.465)	5.516	(25.465)	(62)
Resultado bruto da intermediação financeira		97.950	408.193	97.950	408.193	97.950	201.665
Outras receitas (despesas) operacionais		234.570	320.310	234.570	320.310	234.570	26.085
Receitas de prestação de serviços	21c	222.461	315.354	222.461	315.354	222.461	133.557
Despesas de pessoal		(148.489)	(220.911)	(148.489)	(220.911)	(148.489)	(227.651)
Outras despesas administrativas	21d	(39.921)	(80.807)	(39.921)	(80.807)	(39.921)	(81.476)
Despesas tributárias		(63.621)	(63.498)	(63.621)	(63.498)	(63.621)	(25.584)
Resultado de participações em controladas	12	232.202	438.926	232.202	438.926	232.202	362.396
Outras receitas operacionais	21e	27.024	51.127	27.024	51.127	27.024	49.365
Outras despesas operacionais	21f	(20.066)	(120.603)	(20.066)	(120.603)	(20.066)	(184.518)
Resultado operacional		332.520	728.503	332.520	728.503	332.520	227.790
Resultado não operacional		615	666	615	666	615	16
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		333.135	729.169	333.135	729.169	333.135	227.806
Imposto de renda e contribuição social	20	(203.070)	(196.046)	(203.070)	(196.046)	(203.070)	(408.831)
Provisão para imposto de renda		(22.233)	(26.891)	(22.233)	(26.891)	(22.233)	(27.870)
Provisão para contribuição social		(38.923)	(41.299)	(38.923)	(41.299)	(38.923)	(19.077)
Ativo fiscal diferido		264.226	264.226	264.226	264.226	264.226	6.116
Participações nos lucros		-	(4.938)	-	(4.938)	-	-
Lucro líquido do semestre/exercício		536.205	920.277	536.205	920.277	536.205	186.936
Lucro líquido por ação em circulação do capital social - R\$		0,97	1,66	0,97	1,66	0,97	0,34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Semestre 2019		Exercícios 2019		2018	
	2019	2019	2019	2018	2018	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

d. Vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos a valor de mercado

	Ativo			Passivo		
	2019	2018		2019	2018	
	Swaps	Termo	Total	Swaps	Opções	Total
Vencimentos						
Até 90 dias.....	- 1.045.045	1.045.045	804.390	-	-	864.038
De 91 a 365 dias.....	7.373	-	7.373	1.736	6.987	8.723
Acima de 366 dias.....	36.316	-	36.316	25.957	-	204.919
Total.....	42.869	1.045.045	1.087.934	1.736	211.906	1.047.413

22.602 (2018 - R\$ 79.581). As baixas para prejuízo totalizaram R\$ 15.399 (2018 - R\$ 76.720) e as recuperações de crédito totalizaram R\$ 52.540 (2018 - R\$ 125.681). **c. Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco:** Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o risco da carteira e a provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa estavam assim distribuídos:

Nível de risco	% de provisão	Valor de crédito		Provisão	
		2019	2018	2019	2018
AA.....	0,5	2.377.633	1.474.388	(11.888)	(7.373)
A.....	1	27.893	-	(279)	-
B.....	-	-	365.831	-	(10.975)
C.....	10	-	9.404	-	(940)
D.....	30	48.873	52.478	(14.662)	(15.743)
E.....	70	5.247	-	(3.673)	-
G.....	100	131.104	150.235	(131.104)	(150.235)
H.....	-	-	-	-	-
Total.....	-	2.737.100	2.056.182	(161.606)	(185.266)

□ Contém operações que encontram-se, em suas totalidades, vencida acima de 15 dias no valor total de R\$ 5.247. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as variações da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram as seguintes:

	2019	2018
Saldo de abertura.....	(185.266)	(260.829)
Reversões.....	34.182	14.691
Constituições.....	(25.921)	(15.848)
Créditos baixados para prejuízo.....	15.399	76.720
Saldo no fim do exercício.....	(161.606)	(185.266)

9. Carteira de câmbio

	2019	2018
Câmbio comprado a liquidar.....	955.361	406.327
Câmbio vendido a liquidar.....	-	-
Direitos sobre venda de câmbio.....	26.068	1.303.871
Obrigações por compra de câmbio.....	-	-
Obrigações por compra de câmbio.....	-	974.172
Adiantamentos em moeda nacional.....	(2.551)	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio.....	20.239	2.076
Comissões de agentes de exportação.....	-	77
Total.....	999.117	1.712.274

10. Negociação e intermediação de valores

	2019	2018
Outros créditos.....	2019	2018
Outras obrigações.....	2019	2018

Devedores de credores - liquidações pendentes:

Pessoas físicas e jurídicas.....	508.828	187.134	353.132	415.214
Sociedades ligadas.....	340.783	487.556	181.567	309.409
Caixa de registro e liquidação.....	518.176	595.614	787.369	575.325
Compensação financeira de bolsa.....	-	54.047	50.089	30.997
Cretores por empréstimos de ações.....	-	-	1.303.605	1.135.291
Outros créditos/obrigações.....	1.880	-	309.690	138.159
Total.....	1.369.667	1.324.351	2.985.452	2.604.395

□ Referem-se, substancialmente, a saldos de clientes a liquidar e proventos de aluguel.

11. Outros créditos - diversos

	2019	2018
Créditos tributários.....	264.467	-
Outros valores a receber.....	205.423	214.153
Devedores por depósitos em garantia.....	38.987	37.302
Impostos e contribuições a compensar.....	30.176	29.760
Adiantamentos e antecipações salariais.....	1.460	1.573
Descontos em operações de crédito.....	(47.791)	(54.887)
Total.....	492.722	227.901

□ As informações sobre os créditos tributários estão apresentadas na nota 20c. □ Referem-se, substancialmente, a aquisição de recebíveis de terceiros. □ Deságio a amortizar decorrente de aquisição de operação de crédito.

	Resultado de equivalência patrimonial	Valor contábil do investimento	Dividendos recebidos	
	2019	2018	2019	2018
Ajuste de avaliação patrimonial.....	2019	2018	2019	2018
Ações possuídas.....	2019	2018	2019	2018

iv. Sensibilidade da obrigação de benefício: A tabela abaixo apresenta os impactos pela alteração das seguintes premissas:

	2019	2018
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial.....	(915)	(573)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial.....	1.083	658
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo do serviço.....	(33)	(23)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo do serviço.....	38	27
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo dos juros.....	(30)	(28)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo dos juros.....	32	30
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+1,0%) na apuração da obrigação atuarial.....	2.357	1.433
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-1,0%) na apuração da obrigação atuarial.....	(1.714)	(1.102)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+1,0%) no custo do serviço.....	86	61
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-1,0%) no custo do serviço.....	(64)	(46)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+1,0%) no custo dos juros.....	166	136
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-1,0%) no custo dos juros.....	(121)	(105)

16. Provisões e passivos contingentes: O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível. Em 31 de dezembro de 2019, as provisões no montante de R\$ 55.340 (2018 - R\$ 50.106), estão representadas principalmente por honorários advocatícios fiscais, por obrigações legais que foram constituídas pelo valor total em discussão, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, ou passivos contingentes que levam em conta as opiniões dos assessores jurídicos externos e são consideradas adequadas pela administração para atender a eventuais perdas, com base no contexto da Resolução CMN nº 3.823/09, e, por garantias prestadas, com base na Resolução CMN nº 4.512/16, conforme apresentado na nota 21g. Segue abaixo, a movimentação das provisões contingentes no exercício:

	2018	Constituições	Pagamentos	Reversões	2019
Fiscais.....	38.795	6.529	(1.469)	(867)	42.988
Trabalhistas.....	4.977	1.806	-	(560)	6.223
Cíveis.....	5.218	506	-	(1.089)	4.629
Garantias prestadas.....	1.116	2.707	-	(2.323)	1.500
Total.....	50.106	11.542	(1.469)	(4.839)	55.340

□ No saldo de "Constituições" foram incluídos os valores referentes a provisões trabalhistas e cíveis relativas a Nova Sede Empreendimentos S.A., resultantes da incorporação dessa entidade pelo Banco, conforme descrito na nota 1. O Banco discute processos nas esferas judicial e administrativa, não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, por apresentarem risco de perda possível de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos. Os principais processos são: • **Agio** na aquisição de investimentos: O Banco defende na esfera administrativa autuações ocorridas em abril de 2013 e janeiro de 2016 sobre a possibilidade de deduzir o agio apurado quando da aquisição da Hedging-Griffo na base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O valor atualizado da causa é de R\$ 1.417.309 (2018 - R\$ 1.363.138); • **Limitação** temporária da dedutibilidade de perdas com derivativos: O Banco defende na esfera judicial a possibilidade de deduzir perdas em operações com derivativos, ocorridas em 1999, na base de cálculo do imposto de renda, não limitando-se aos ganhos obtidos em operações de mesma natureza. O valor atualizado da causa é de R\$ 461.328 (2018 - R\$ 452.737); • **Encargos sociais** sobre Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos empregados: O Banco discute nas esferas administrativa e judicial se os valores pagas a título de PLR atenderam aos requisitos da Lei nº 10.101/00, de modo a não incidir encargos sociais. Essas autuações referem-se aos períodos de 2005 a 2013. O valor atualizado da causa é de R\$ 154.388 (2018 - R\$ 150.309); • **Multa imposta** pelo Banco Central do Brasil: O Banco discute na esfera judicial uma multa imposta pelo Banco Central do Brasil em junho de 2000 em razão deste ter desconsiderado a classificação de algumas operações de câmbio realizadas. O montante envolvido no litígio é de R\$ 23.536 (2018 - R\$ 22.825); • **Glosa de despesas** com erros operacionais: O Banco defende autuação ocorrida em abril de 2013, na qual o Fisco descaracterizou despesas incorridas em 2008 com erros operacionais. Tais despesas foram consideradas indutíveis no cálculo do IR e da CSLL, mas tributáveis na fonte com rendimentos. Objetivando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o Banco apresentou na esfera judicial seguro - garantia da totalidade dos débitos. O valor atualizado da causa é de R\$ 17.814 (2018 - R\$ 17.236); • **Tributação** do ganho de capital na venda dos títulos patrimoniais da Bovespa e BM&F: O Banco discute na esfera judicial autuação ocorrida em setembro de 2010 sobre ganho de capital na venda dos referidos títulos patrimoniais não tributados para fins do PIS e da COFINS, uma vez que se referiam à renúncia na venda de ativo permanente. O valor atualizado da causa é de R\$ 15.262 (2018 - R\$ 14.821); • **O Banco** iniciou a discussão na esfera judicial do IRPJ e CSLL decorrentes da glosa da despesa de juros e variação cambial ocorrida no ano de 2008, oriundas de título de dívida emitidas no exterior pela Latam (Brasil) Representações Ltda entre agosto de 1997 e março de 1998. O valor da causa é R\$ 527.940 (2018 - R\$ 426.004). As discussões acima destacadas não possuem expectativa de finalização para o próximo ano. • **Adicionalmente**, em dezembro de 2019 os seguintes processos já haviam sido encerrados: • **Indebitabilidade** das gratificações pagas a administradores da base da CSLL: O Banco discute na esfera administrativa autuação ocorrida em novembro de 2016, na qual o Fisco entende que as despesas incorridas com gratificações efetivamente pagas a seus administradores seriam indebitáveis para fins de apuração da CSLL. Causa encerrada em Junho de 2019, favoravelmente ao Banco (2018 - R\$ 23.358); e • **Tributação** do ganho de capital na venda dos títulos patrimoniais da Celip: O Banco discute na esfera administrativa autuação ocorrida em abril de 2013 sobre ganho de capital na venda dos referidos títulos patrimoniais não tributados para fins do PIS e da COFINS, uma vez que se referiam a resultado na venda de ativo permanente. Causa encerrada em Maio de 2019, parcialmente favorável ao Banco (2018 - R\$ 10.305).

17. Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital: O Banco possui dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital captadas via emissão de *Floating Rate Notes* conforme demonstrado abaixo:

	Data de vencimento	Valor captado	Valor em R\$	
		em US\$	2019	2018
26/11/1999.....	26/11/2027	Libor 6M + 3,75% a.a.	50.000	202.643
16/03/2011.....	15/12/2022	Libor 1M + 3,75% a.a.	500.000	2.015.350
Total.....	-	-	550.000	2.217.993

18. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social de R\$ 2.030.000 em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está representado por 554.854.377 de ações nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, sendo 277.427.188 ações ordinárias e 277.427.189 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no reembolso do capital. **b. Reservas de Lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite definido pela legislação societária. A reserva estatutária é limitada a 95% do valor do capital social e tem por finalidade a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco, sendo formada por recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício. A reserva de lucros a realizar está representada por lucros auferidos pela subsidiária do Banco no exterior, Credit Suisse Brazil (Bahamas) Ltd., ainda não distribuídos. A realização desta reserva será feita a medida em que ocorra a distribuição de lucros que tenham sido base para sua constituição, e a proposta de distribuição e/ou pagamento de dividendos pelo Banco para sua controladora na Suíça. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 26 de março de 2018, foi aprovada a absorção dos prejuízos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 469.457, pela rubrica de "Reserva de lucros - estatutária". De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 22 de abril de 2019, foi aprovada a destinação no montante de R\$ 133.191 à conta de "Reserva de lucros - estatutária", correspondente aos lucros auferidos pelo Banco no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, após a constituição de Reserva Legal. **c. Dividendos:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante a legislação em vigor. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 22 de abril de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 44.397 correspondente aos lucros auferidos pela Sociedade no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, após a constituição de Reserva Legal, no entanto, na Assembleia Geral Ordinária de 4 de novembro de 2019, foi deliberada e aprovada sua reintegração à conta de "Reserva de lucros - estatutária". A administração constituiu a provisão para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 218.565, referente ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após constituição de reserva legal.

19. Transações relevantes com partes relacionadas: As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.636/18 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05. **a. Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos mantidos com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

	Natureza do relacionamento		2019	2018
Disponibilidades.....	Controlada	122.592	55.332	
Disponibilidades.....	Relacionada	18.021	34	
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	Controlada	615.732	429.600	
Títulos e valores mobiliários.....	Controladas	2.969.975	2.322.938	
Instrumentos financeiros derivativos.....	Controlada	42.689	139.879	
Outros créditos:				
Carteira de câmbio.....	Relacionada	9.388	2.294	
Rendas a receber - dividendos.....	Controladas	69.700	38.387	
Negociação e intermediação de valores.....	Controladas	401.066	644.890	
Negociação e intermediação de valores.....	Relacionadas	251.898	2.816	
Diversos - aluguel.....	Controladas	1.150	1.092	
Diversos - aluguel.....	Relacionada	-	63	
Diversos - outros valores a receber.....	Controladas	10	1.972	
Diversos - outros valores a receber.....	Relacionada	100	258	

Passivo

Depósitos a prazo.....	Controlada	103.366	55.128
Depósitos a prazo.....	Relacionadas	25.668	34.431
Captações no mercado aberto.....	Controladas	1.011.839	703.816
Obrigações por empréstimos.....	Relacionada	6.179.592	5.827.056
Obrigações por empréstimos.....	Controlada	793.326	748.068
Instrumentos financeiros derivativos.....	Controlada	1.736	87.545
Outras obrigações:			
Sociais e estatutárias - dividendos.....	Controladora	218.565	44.397
Carteira de câmbio.....	Relacionada	9.392	2.288
Negociação e intermediação de valores.....	Controladas	282.846	463.130
Negociação e intermediação de valores.....	Relacionadas	7.543	43.216
Dívidas subordinadas.....	Relacionada	202.643	194.990
Instrumentos de dívida elegíveis a capital.....	Relacionada	2.015.350	1.937.400
Diversas - aluguel.....	Controlada	10	-

Resultado

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	Controladas	820.550	676.960
Resultado de operações de captação no mercado.....	Controladas	(58.850)	(65.785)
Resultado de operações de captação no mercado.....	Relacionadas	(221.469)	(431.951)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos.....	Controlada	(31.633)	(477.074)
Operações de empréstimos e repasses.....	Relacionada	(324.426)	(545.835)
Operações de empréstimos e repasses.....	Controlada	(45.268)	(146.726)
Receita de prestação de serviços.....	Controladas	2.912	2.819
Receita de prestação de serviços.....	Relacionadas	8.716	8.190
Outras receitas operacionais.....	Controlada	18.356	26.078
Outras despesas operacionais.....	Controladas	(2.187)	(2.174)

b. Remuneração do pessoal chave da administração: • Benefícios de curto prazo: Na Assembleia Geral Ordinária e estabelecida a remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram registrados benefícios de curto prazo referentes a honorários no valor de R\$ 4.951 (2018 - R\$ 4.858) e seus respectivos encargos de R\$ 1.114 (2018 - R\$ 1.094). Foi provisionado no exercício de 2019, o montante de R\$ 5.007 referente a gratificações (2018 - R\$ 10.579). • Benefícios de longo prazo: As empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Credit Suisse no Brasil participam de planos globais de remuneração de longo prazo, em especial do plano global de ações do Credit Suisse Group ("CSG"). Esses planos envolvem a atribuição aos funcionários e administradores de promessas de pagamentos futuros baseados em ações ou em outros ativos, desde que cumpridas determinadas condições, tais como sua permanência nas empresas. A liquidação destes planos é feita, em sua maior parte, através de pagamentos em dinheiro (crédito em conta corrente bancária). Em 31 de dezembro de 2019, referente ao plano global de ações, foi registrado o valor de R\$ 7.090 (2018 - R\$ 1.342) e encargos sociais no valor de R\$ 1.595 (2018 - R\$ 302). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, referente a outros benefícios de longo prazo, foi registrado o valor de R\$ 5.456 (2018 - R\$ 1.847) e encargos sociais no valor de R\$ 1.228 (2018 - R\$ 416).

20. Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações.....	729.169	-
Participações nos lucros e resultados.....	(4.938)	-
Base de cálculo.....	724.231	-
Imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social de 15% (1).....	(289.691)	-
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas.....	175.571	-
Despesas não dedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(11.378)	-
Lucro no exterior.....	(31.286)	-
IRRF no exterior.....	(1.938)	4.493
Incentivos Fiscais.....	1.509	-
Constituição de passivo fiscal diferido.....	-	(50.872)
Ajuste de CSLL diferida não contabilizada (2).....	53.237	-
Constituição de ativo fiscal diferido.....	301.178	6.116
IRRF sobre debênture de infraestrutura.....	(1.155)	(568)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	196.046	(40.831)

(1) A alíquota da CSLL para as empresas financeiras sofreu majoração de 5% para o período de setembro de 2015 até dezembro de 2018, passando para 20%, de acordo com a Lei nº 13.169/15. A partir de janeiro de 2019 a alíquota da CSLL retornou para 15%. Contudo, a Emenda Constitucional nº 103/19, aprovada em 12 de novembro de 2019, introduziu uma nova majoração de alíquota da CSLL para os Bancos, que passaram a ser tributados à alíquota de 20%, a partir de março de 2020. (2) Em 31 de dezembro de 2019, a CSLL não atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/92 para o registro de crédito tributário. (3) O Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. apurou, em 31 de dezembro de 2018, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social mas não constituiu crédito tributário por não ter cumprido com os requisitos estabelecidos no artigo 1º da Resolução CMN nº 3.059/02. Sendo assim, a composição da despesa de imposto de renda e da contribuição social referiu-se, majoritariamente, à constituição de passivo fiscal diferido, líquido do ativo fiscal diferido, nos anos cuja expectativa de realização de ambos é compatível, e, da constituição de crédito tributário de base negativa de CSLL para liquidação de débitos abrangidos pelo Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017 e Instrução Normativa RFB nº 1.855, de 7 de dezembro de 2018.

b. Composição da rubrica de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Impostos diferidos.....	45.608	-
Constituição de crédito tributário sobre adições/exclusões temporárias.....	-	45.608
Reversão (constituição) de obrigações diferidas sobre adições/exclusões tempor		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e ao Acionista do
Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma,

aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação,

omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de março de 2020.